

HABEAS CORPUS Nº 494.144 - SP (2019/0047022-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : WELLINGTON APARECIDO MATIAS DA CAL
ADVOGADO : WELLINGTON APARECIDO MATIAS DA CAL - SP328336
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EFRAIN ALVES PEREIRA

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. SENTENÇA. DETRAÇÃO PENAL (ART. 387, § 2º, DO CPP). INOBSERVÂNCIA PELO TRIBUNAL, AO PROFERIR ACÓRDÃO CONDENATÓRIO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

Ordem liminarmente concedida.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Efrain Alves Pereira** - condenado em segundo grau de jurisdição, como incurso no crime de roubo circunstanciado, às penas de 6 anos e 5 meses de reclusão, no regime inicial fechado, e 15 dias-multa -, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo (Ação Penal n. 0000823-93.2015.8.26.0536).

Alega o impetrante, em síntese, que *a colenda corte colegiada proferindo decisão, poderia adotar cumprimento de regime no aberto, pois o quanto a pena assim o autoriza, e levando em consideração o tempo de prisão provisória que o paciente inicialmente já tem cumprido provisoriamente o total de 10 (dez) meses* (fl. 5).

Postula, então, a concessão liminar da ordem, a fim de que seja aplicado regime menos rigoroso de cumprimento da pena, em face da detração almejada.

É o relatório.

A ordem deve ser liminarmente concedida.

O Tribunal *a quo*, na ocasião do acórdão condenatório (10/4/2018) e após o advento da Lei n. 12.736/2012 - que inseriu no art. 387 do Código de Processo Penal o dever de o magistrado, na ocasião de prolatar sentença, observar o tempo de prisão no Brasil ou no estrangeiro, para fins de fixação do regime inicial de cumprimento da pena -, deixou de observar o referido dispositivo legal.

Em consulta à página eletrônica da Corte estadual, observei que a condenação ainda não transitou em julgado, razão pela qual a análise da questão ainda cabe ao referido Tribunal.

Em face do exposto, **concedo** a ordem, liminarmente, para determinar que o Tribunal de origem verifique o tempo de prisão cautelar do paciente nos autos da Ação Penal n. 0000823-93.2015.8.26.0536, para fins do disposto no art. 387, § 2º, do Código de Processo Penal.

Comunique-se com urgência.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator